



# Diário Oficial Eletrônico

## Município de Marliéria – MG

Marliéria, 30 de Junho de 2017 – Diário Oficial Eletrônico  
ANO V/ Nº 099 – Lei Municipal 1016 de 18/07/2013.

**DECRETO Nº 060, DE 30 DE JUNHO DE 2017.**

**MUNICÍPIO DE MARLIÉRIA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

### **RESCISÃO CONTRATUAL**

O **MUNICÍPIO DE MARLIÉRIA**, entidade de direito público interno, com sede administrativa à Praça J.K., nº 106, Centro, em Marliéria, Minas Gerais, inscrito no CNPJ: 16.796.872/0001-48, representada por seu Prefeito Municipal, Geraldo Magela Borges de Castro e de outro lado ESPÓLIO DE MARIA MIRANDA CASTRO, CPF: 007.474.496-86, situada na Rua José Moreira Pontes, nº 15, Marliéria/MG, representante legal, Sra. Maria das Graças Borges Morais, CPF: 146.662.356-04.

O CONTRATANTE e CONTRATADO, nos termos da CLÁUSULA DÉCIMA do Contrato de Prestação de Locação nº 23/2016, Processo 09/2016, dissolvem o referido de forma amigável e dando quitação mútua, não tendo nada a reclamar em relação ao Contrato que hora se desfaz.

E, assim justas e contratadas, as partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito, em presença das testemunhas que também o subscrevem.

Marliéria, 30 de junho de 2017

**Geraldo Magela Borges de Castro**  
**Prefeito Municipal**

**Espólio de Maria Miranda Castro**

**Rep. Legal: Maria das Graças Borges Morais**

**INSTITUI A NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA – NF-E, NO MUNICÍPIO DE MARLIÉRIA/MG.**

O Prefeito Municipal de Marliéria, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais contidas no Art. 81, IX, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei Complementar Nº 949/2010 – Código Tributário Municipal de Marliéria-MG,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica instituída no Município de Marliéria, a Nota Fiscal de Serviço Eletrônica – NF-e, conforme o estabelecido neste Decreto.

**Art. 2º** A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica é o documento fiscal hábil que se destina a registrar as operações de prestações de serviços no âmbito municipal e deverá ser emitida por ocasião dos serviços prestados.

**Art. 3º** A emissão da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços será de utilização obrigatória por todas as empresas prestadoras de serviços no Município de Marliéria, sujeitas ao regime de apuração mensal do ISSQN, considerando-se todos os estabelecimentos de pessoa jurídica no Município de Marliéria/MG.

**Art. 4º** A obrigatoriedade de emissão da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços dar-se-á no momento em que for solicitada a AIDF – Autorização para Impressão de Documentos Fiscais, tanto para os



# Diário Oficial Eletrônico

## Município de Marliéria – MG

Marliéria, 30 de Junho de 2017 – Diário Oficial Eletrônico  
ANO V/ Nº 099 – Lei Municipal 1016 de 18/07/2013.

contribuintes já inscritos no Município quanto para os novos contribuintes.

**Parágrafo único.** A Secretaria Municipal de Fazenda poderá, a qualquer momento, estabelecer a obrigatoriedade antes da solicitação da AIDF – Autorização para Impressão de Documentos Fiscais.

**Art. 5º** Os prestadores de serviços inscritos no Cadastro de Prestação de Serviços de Qualquer Natureza ainda que desobrigados da emissão de NF-e, poderão optar pela sua emissão antecipada, mediante autorização da Secretaria Municipal de Fazenda.

**Parágrafo único.** A opção a que se refere o caput deste artigo, caracterizada pela emissão de NFS-e é irretratável.

**Art. 6º** O prestador de serviços terá a sua disposição, por meio do endereço eletrônico [www.marlieria.mg.gov.br](http://www.marlieria.mg.gov.br), o acesso ao link para emissão da Nota Fiscal Eletrônica.

**Art. 7º** Ao emitir a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, o prestador de serviços poderá imprimir o documento, que será automaticamente reconhecido como documento fiscal, em quantas vias entender necessárias ou enviar o arquivo gerado por e-mail ao tomador de serviços.

**§ 1º** Na emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica é obrigatória a identificação completa do tomador de serviços, independentemente do imposto ter sido retido ou não.

**§ 2º** Nas operações efetuadas por meio de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica fica dispensada a escrituração das informações no livro de serviços prestados, cabendo somente a geração da Guia de Recolhimento on-line.

**Art. 8º** A NFS-e conterá dados de identificação do prestador, do tomador, do intermediário, se houver, da prestação do serviço, do órgão gerador e o detalhamento do serviço prestado.

**Art. 9º** A utilização de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica deverá ser solicitada eletronicamente pelo Contribuinte e autorizada pela autoridade fiscal, após comparecimento à repartição fiscal e apresentação da documentação necessária para atualização do cadastro.

**§ 1º** Os documentos necessários para atualização do cadastro que trata o caput deste artigo são:

I – Ato constitutivo da empresa (Contrato Social, Requerimento de Empresário Individual, Certificado de Microempreendedor Individual ou documento equivalente);

II – Cartão Atualizado do CNPJ;

III – Cédula de identidade - RG e CPF do contribuinte;

IV – Talão de Nota Fiscal em uso e os ainda não utilizados;

V – Procuração do contador (caso este assine o requerimento).

**§ 2º** - A numeração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica será gerada em ordem crescente e sequencial para cada um dos contribuintes, a partir do número 01(um).

**§ 3º** - A autenticidade das Notas Fiscais de Serviços Eletrônica poderá ser constatada na página de acesso ao sistema.

**Art. 10** A apuração do imposto a ser recolhido será feita, salvo disposição em contrário, ao final de cada mês, sob a responsabilidade individual do contribuinte ou responsável pelo imposto, o qual



# Diário Oficial Eletrônico

## Município de Marliéria – MG

Marliéria, 30 de Junho de 2017 – Diário Oficial Eletrônico  
ANO V/ Nº 099 – Lei Municipal 1016 de 18/07/2013.

estará sujeito a posterior homologação pela autoridade fiscal.

**§ 1º** O prestador de serviços deverá utilizar de meio eletrônico disponibilizado via internet para emissão das Notas Fiscais, para emitir a guia de recolhimento referente ao imposto devido.

**§ 2º** O responsável tomador dos serviços sujeito ao imposto deverá escriturar por meio eletrônico, disponibilizado via internet, mensalmente, as Notas Fiscais dos serviços tomados, tributados ou não tributados, efetuando as retenções de ISSQN exigidas na legislação, emitindo, ao final do processamento a guia de recolhimento e efetuar o devido pagamento do imposto devido.

**Art. 11** O contribuinte ou tomador dos serviços deve recolher até o dia 10(dez) do mês subsequente, o imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza correspondente aos serviços prestados ou aos serviços tomados de terceiras, relativos ao mês anterior.

**Art. 12** A obrigação tributária prevista neste decreto, de emissão dos documentos fiscais das operações de serviços somente será satisfeita com o encerramento no final do período de referência e geração da Guia de Recolhimento respectiva.

**Art. 13** A Nota Fiscal Eletrônica de Serviços poderá ser cancelada pelo emitente, por meio do sistema, até a data de fechamento mensal, ou seja, o último dia do mês de emissão da nota e antes de seu pagamento.

**§ 1º** A guia de recolhimento de ISSQN ficara disponível para pagamento a partir do 1º útil com data de vencimento até o dia 10 (dez) do mês subsequente, após esta data haverá acréscimo de juros e multa.

**§ 2º** O cancelamento que trata o caput deste artigo, a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica

somente poderá ser cancelada mediante comunicação efetuada com base em Processos Administrativos, com a juntada de declaração do tomador de serviços, ratificando o cancelamento do documento fiscal.

**Art. 14** A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica que for cancelada aparecerá com o status “cancelado”, tanto para o prestador quanto para o tomador do serviço, que consultar o documento via sistema.

**Art. 15** Serão consideradas inidôneas as notas fiscais convencionais emitidas a partir do dia seguinte ao da emissão da primeira NFS-e.

**Parágrafo único.** As notas fiscais convencionais não utilizadas deverão ser canceladas e apresentadas à Secretaria Municipal de Fazenda até a data da emissão da primeira NFS-e, para fins de baixa Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (AIDF) e inutilização.

**Art. 16** A partir da implantação da NFS-e não será mais aceito o pedido para impressão de notas fiscais convencionais, devendo o prestador de serviços solicitar autorização para emissão de NFS-e.

**Parágrafo único.** Poderá por despacho fundamentado pelo Secretário Municipal de Fazenda autorizar a impressão de notas fiscais com vencimento de até 60 (sessenta) dias, afim de que seja sanado o impedimento de implantação da NFS-e demonstrado pelo contribuinte, sendo vedada a concessão de novo prazo.

**Art. 17** A Secretaria Municipal de Fazenda fica responsável pela geração, manutenção e distribuição das senhas para a geração das Notas Fiscais Eletrônicas de Serviços.

**Art. 18** As Notas Fiscais Eletrônicas emitidas estarão disponíveis e poderão ser consultadas no sistema, no prazo de 05(cinco) anos, a contar da data de sua emissão.



# Diário Oficial Eletrônico

## Município de Marliéria – MG

Marliéria, 30 de Junho de 2017 – Diário Oficial Eletrônico  
ANO V/ Nº 099 – Lei Municipal 1016 de 18/07/2013.

**Parágrafo único.** Após o prazo estabelecido no caput o Município poderá atender eventual pedido por meio de procedimento administrativo, requerido pelo prestador ou tomador de serviços, com esta finalidade.

**Art. 19** Os prestadores de Serviços do Município enquadrados no SIMPLES NACIONAL, instituído pela Lei Complementar nº 123 de dezembro de 2.006, continuam obrigados ao cumprimento das obrigações acessórias de acordo com a Legislação Municipal, inclusive as estabelecidas neste decreto, devendo, porém, apurar e recolher o imposto devido na forma estabelecida na Legislação Nacional, por meio da DAS.

**Art. 20** Fica a Secretaria Municipal de Fazenda autorizada a editar os atos necessários para o cumprimento do disposto neste decreto.

**Art. 21** As disposições contidas neste decreto aplicam-se para os fatos geradores do ISSQN a partir do mês de Competência de 1º de julho de 2017.

**Art. 22** As demais situações não previstas neste decreto serão resolvidas por meio de normas complementares emitidas pelo Chefe do Poder Executivo.

**Art. 23** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir do dia 1º de julho de 2017.

Prefeitura Municipal de Marliéria, 30 de Junho de 2017.

**GERALDO MAGELA BORGES DE CASTRO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**